



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | Nº. 6 | Ano 2020

Tatiana Raquel Reis Silva

A RABIDÂNCIA E O IMBRICAMENTO ENTRE COMÉRCIO FORMAL E INFORMAL: NOTAS SOBRE UMA TENSÃO PERSISTENTE

**RABIDANCIA AND IMBRICATION BETWEEN FORMAL AND
INFORMAL: NOTES ON A PERSISTENT TENSION**

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a relação dicotômica entre aquilo que denominamos de formal e/ou informal, a partir do comércio desenvolvido pelas rabidantes cabo-verdianas. A venda de produtos em ruas, feiras e mercados constitui um dos principais vetores econômicos do país, além de gerar emprego e renda a um número significativo de mulheres chefes de família. Toda a movimentação econômica gerada pelas rabidantes tem sido caracterizada como uma atividade informal, apesar de recair sobre essa prática várias formas de taxaço. Em meio as análises aqui empreendidas tomamos a rabidância como uma atividade resultante do imbricamento de práticas formais e informais.

PALAVRAS-CHAVE: Rabidância; Formal; Informal

ABSTRACT: This article aims to analyze the dichotomous relationship between formal and informal, based on the trade developed by Cape Verdean rabidantes. The sale of products on streets, fairs and markets is one of the main economic vector of the country, in addition to generating employment and income for a significant number of female heads of household. All the economic movement generated by rabidantes has been characterized as an informal activity, although various forms of taxation fall on this practice. In this article, we analyze rabidância as an activity resulting from the overlapping of formal and informal practices.

KEY WORDS: Rabidância; Formal; Informal

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

A RABIDÂNCIA E O IMBRICAMENTO ENTRE COMÉRCIO FORMAL E INFORMAL: NOTAS SOBRE UMA TENSÃO PERSISTENTE

Tatiana Raquel Reis Silva ¹

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação dicotômica entre aquilo que denominamos de formal e/ou informal em Cabo Verde, a partir da atividade desenvolvida pelas rabidantes. A venda de produtos em ruas, feiras e mercados constitui um dos principais vetores econômicos do país e tem gerado vários embates quanto a forma de caracterização desta prática. De um modo geral, considera-se de caráter informal aquelas atividades econômicas que não pagam impostos. No entanto, as fronteiras entre o setor formal e informal ficam ambíguas na medida em que há grandes empresas “formais” que fogem das suas obrigações fiscais, enquanto que vendedores “informais” pagam diariamente taxas aos agentes municipais.

Como será possível perceber ao longo do artigo, o chamado setor informal ocupa um lugar de grande importância econômica em todo o continente africano, ao gerar emprego para a população empobrecida que sem maiores possibilidades de inserção no mercado formal, acabam recorrendo à informalidade como fonte de renda. É sobretudo a partir do valor gerado pela comercialização de produtos adquiridos em diversos países, que as rabidantes cabo-verdianas conseguem garantir a educação dos filhos e sustento da família.

Com base no Relatório sobre dinâmicas do desenvolvimento em África, publicado pela União Africana (2018), no Inquérito do Setor Informal, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística – Cabo Verde (2016), e com pesquisa de campo e entrevistas realizadas junto às rabidantes cabo-verdianas (2012, 2016, 2018), objetivamos analisar o impacto econômico do setor informal em Cabo Verde, bem como refletir sobre as tensões que persistem ao nível de caracterização da atividade desenvolvida por essas mulheres.

1 A rabidância e o imbricamento entre comércio formal e informal

Convencionou-se denominar informal todas as atividades não licenciadas e constituídas, em grande parte, por serviços de autoemprego. Este termo, que ficou popularizado nos anos de 1972, serviu para designar as atividades que haviam emergido de forma espontânea no meio

¹ Professora adjunto do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, docente do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST/UEMA). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa sobre África e o Sul Global (NeÁfrica). E-mail: tatianaraquel.reis@gmail.com

urbano e que não obedeciam às regras formais da economia, como: legislação trabalhista, pagamento de impostos, contabilidade, dentre outros (GRASSI, 2003). De acordo com Vletter (2002), ao analisar a crescente importância do setor microempresarial no contexto angolano, as atividades informais podem ser identificadas como aquelas que possuem:

- a) muito pouco capital, poucas habilidades, baixos níveis educacionais e, normalmente, nenhuma experiência empresarial anterior;
- b) estão envolvidas principalmente em atividades comerciais;
- c) as vendas diárias são instáveis;
- d) em média as receitas líquidas dificilmente cobrem as necessidades básicas;
- e) o ambiente em que trabalham é de solidariedade, em vez da concorrência;
- f) as margens de lucro tendem a diminuir ao longo do tempo, à medida que mais vendedores penetram no mercado;
- g) com o aumento da experiência, os micro-empresários com mais iniciativas tendem a diversificar as suas atividades para aumentar os rendimentos;
- h) a entrada no setor informal do comércio a retalho é fácil: de fato raramente são necessários documentos, mas apenas um capital mínimo, e existe pouca resistência dos concorrentes, especialmente no caso dos vendedores ambulantes (VLETTER, 2002, p. 20).

No entanto, o que podemos perceber é que apesar dessas tentativas de conceitualização, o setor informal incorpora uma multiplicidade de práticas comerciais que se diferenciam quanto ao financiamento, espaço e perfil dos trabalhadores, o que torna difícil pensar em uma definição específica. No que se refere a rabidância, foi possível perceber que essa prática agrega realidades cada vez mais complexas e heterogêneas. Não apenas nos deparamos com mulheres com baixa escolaridade, pouco capital de giro ou mesmo instaladas num ambiente precário de trabalho, assim como grandes empresárias, que pagam taxas diárias e cujos rendimentos mensais são bastante expressivos.

Essa diversidade de atividade e perfis de mulheres se diferencia não apenas quanto a estrutura de trabalho e poder de compra, mas também quanto aos destinos. É possível destacar três grandes grupos.² O primeiro é caracterizado por mulheres que desenvolvem o comércio transatlântico e que se voltam para o Brasil, Estados Unidos, Portugal, França e Holanda. O valor movimentado varia entre US\$ 10 e 20 mil dólares, chegando até US\$ 150 mil dólares. No segundo grupo, estão aquelas que comercializam com os demais países africanos, tais como: Senegal, Guiné-Conakry, Gâmbia, Marrocos e África do Sul. Aqui, além do poder de compra ser inferior, entre US\$ 3 e 4 mil dólares, existe uma questão muito recorrente que é o fato de não precisar do visto. E no terceiro grupo, estão as rabidantes que desenvolvem o comércio interno,

² Importa ressaltar que cada um destes grupos também se subdivide entre si.

ou seja, aquelas que não precisam sair do país, e cujo valor de investimento é muito instável. Em geral elas comercializam roupas usadas vindas dos EUA em bidões, comumente chamada de *Ya* (que vem da palavra *yes*), revendem produtos adquiridos junto às lojas chinesas e gêneros alimentícios.³

Obviamente que aquelas que estão na base almejam subir, no sentido de adquirir uma maior estabilidade econômica assim como poder viajar para outros países. O Brasil, sem dúvida, se destaca como o espaço de maior procura pelas rabidantes, isso porque na visão de muitas delas é possível encontrar produtos de “boa qualidade”, que estão “na moda” e com “bom preço”. Embora essa realidade vem se modificando ao longo dos anos, com uma queda significativa na comercialização realizada no território nacional, ainda é recorrente em algumas narrativas a vontade e o desejo de vir para o Brasil, sobretudo para aquelas que ainda não tiveram essa oportunidade e para as quais esse processo é marcado por algumas barreiras, nomeadamente, a questão do visto. Muitas mulheres reclamam das dificuldades em obter o visto para o Brasil, o que acaba impelindo-as a negociarem com os demais países africanos.

Frente a essa diversidade de práticas que compõem o universo da rabidância, as fronteiras entre aquilo que poderíamos denominar de formal e/ou informal, se tornam ainda mais tênues, pois não só aquelas mulheres que estão no topo da estrutura hierárquica da atividade, que em geral possuem lojas e, em alguns casos, funcionários, pagam impostos; mas também aquelas que estão na base, que comercializam produtos nas ruas e avenidas, e que pagam taxas diariamente.

Essa tensão também pode ser observada em outros países africanos, ao analisar o setor informal em Maputo. Teresa Cruz e Silva (2002) assinala que devido ao não enquadramento das atividades informais nos regulamentos vigentes, esses comerciantes são identificados como praticantes de atividades ilegais, isso por não serem licenciadas e ocuparem locais considerados inadequados. No entanto, isso não os exime de pagar as taxas municipais. Esses trabalhadores acabam por vivenciar uma realidade dicotômica, ao mesmo tempo em que funcionam dentro de um quadro relativamente legal são duramente repreendidos ou condenados pelo estado.

De acordo com Carlos Lopes (2014), existe uma grande dificuldade de medir a dimensão da economia informal, o que tem gerado grandes problemas no tocante a elaboração de um quadro analítico sobre as práticas que compõem este setor. Ao analisar o contexto angolano, o autor ressalta que essa tarefa se torna ainda mais complexa na medida em que não existem registros e nem estatísticas sobre muitas das atividades que compõem a informalidade. Os critérios de pertencimento e classificação dos trabalhadores informais são diversos e não conseguem dar conta das nuances que se manifestam. A comparação em termos internacionais

³ Barris metálicos que são utilizados para transportar e armazenar as roupas. É muito comum observar nas ruas e avenidas da Cidade da Praia mulheres expondo os seus produtos nesses bidões.

também é problemática, uma vez que os critérios de verificação da informalidade adotados em cada país são diferentes e precisam ser pensados na sua especificidade.

Mesmo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) não estabelece uma nítida separação ou mesmo conceitualização daquilo que poderíamos denominar de informalidade. Segundo o relatório apresentado em 2005, apesar da não existência de uma definição universalmente aceita ou exata sobre economia informal, em geral, entende-se que compreende uma diversidade de trabalhadores, empresas e empresários. A economia informal abrange todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abarcadas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais.⁴

Muitos estudiosos, como forma de fugir da dicotomia ainda persistente entre os dois termos, tem buscado utilizar outras categorias, tais como comércio espontâneo, economia irregular ou subterrânea, para contemplar os seus objetos de pesquisa.⁵ Grassi (2003) tem recorrido ao conceito de comércio espontâneo, que concebe as atividades informais como uma manifestação do desenvolvimento espontâneo, e uma forma intermediária entre estruturas tradicionais e modernas, que aparecem quando as primeiras se transformam em modernas sem, todavia, se confundirem completamente com elas. Nessa perspectiva, as atividades informais passam a ser entendidas como resultantes de um processo mais complexo e que se utilizam de meios diferentes dos modelos ocidentais de análise econômica.

O certo é que as atividades informais incorporam uma variedade de práticas e atores sociais que estão organizados em grandes redes de comércio transnacionais e transatlânticos. Trata-se, portanto, de atividades de auto emprego desenvolvidas por trabalhadores independentes que estão na fronteira das normas legais, típicas do setor formal da economia:

É um fato que a informalidade, entendida como o conjunto de práticas não contempláveis nos modelos e comportamentos esperados pelas teorias, está em expansão no mundo atual e põe em cheque a ideia central do modelo de organização social e econômico. Perante a complexidade do mundo global contemporâneo, a exigência de identificação dos principais conceitos subjacentes a uma análise científica torna-se também mais complexa: exige a adoção de uma terminologia que permita o diálogo interdisciplinar e análise teórica dos temas em causa (GRASSI, 2003, p. 14).

No que se refere a realidade cabo-verdiana, e com base em pesquisas de campo, a percepção que se tem sobre a ravidância, e que serve como suporte para as análises aqui desenvolvidas, é que ela está no limiar entre práticas formais e informais, não sendo possível estabelecer uma diferenciação entre os dois termos (SILVA, 2012). Por isso a ravidância é aqui

⁴ OIT (2005).

⁵ Dentre outros ver: Silva (2012), Espírito Santo (2011) e Grassi (2007).

entendida como uma prática (in)formal, termo que em nosso entender é mais representativo do intercambiamento entre as duas práticas. Ainda com relação as especificidades da realidade pesquisada, uma outra questão que merece ser analisada diz respeito a diferenciação na forma como as rabidantes, situacionalmente, são denominadas, ora como rabidantes, comerciantes e/ou empresárias.

De acordo com essa visão, muito mais externa do que interna ao grupo, as rabidantes seriam aquelas cujas atividades se inserem nas lógicas informais e que, a grosso modo, obedecem às características anteriormente descritas; já as comerciantes e empresárias, corresponderiam ao grupo cuja movimentação econômica é expressiva, que pagam impostos e empregam funcionários. Essa visão é recorrente entre muitos cabo-verdianos que desconhecem o fato de que mesmo as mulheres que estão nas ruas e avenidas, pagam taxas municipais, ou seja, não deve ser esse o critério de diferenciação de uma realidade que é muito mais complexa.

E mais, uma rabidante não deixa de ser uma comerciante, logo, uma empresária. O ato de comerciar, negociar, *rabidar* a vida, está diretamente ligado a própria noção do termo rabidante. O que marca o cotidiano dessas mulheres é o caráter empreendedor e a capacidade de multiplicar o valor irrisório que conseguiram para iniciar o negócio. Ao analisar a história de vida dessas mulheres é perceptível a superação de muitas delas que, em alguns casos, começaram vendendo produtos nas ruas, mas conseguiram ascender socialmente e adquirir um patrimônio considerável. E não é por isso que elas deixam de se identificar como rabidantes: “somos todas rabidantes”, ressalta Maria de 53 anos, cuja trajetória de vida foi analisada em outros trabalhos.⁶

Dessa forma, é importante compreender como essas mulheres com baixa escolaridade, chefes de família e que sem maiores qualificações para inserção no mercado formal de trabalho, se voltam para essas atividades e conseguem utilizá-las como uma estratégia de empoderamento e emancipação econômica (SILVA, 2012). A inserção em atividades que geram rendimento contribui de forma significativa para que as mulheres consigam alcançar um maior grau de autonomia e poder político. Carvalho (2015) ressalta que é preciso entender o conceito de empoderamento feminino como um mecanismo de luta pela emancipação das mulheres, e como uma forma de romper com o histórico de discriminação e invisibilidade a que estão relegadas em muitas sociedades.

O incentivo a criação de estratégias de empoderamento feminino tem sido colocado em prática por vários países, sobretudo aqueles que estão em desenvolvimento. De acordo com dados do Banco Mundial (2012), que tem procurado analisar como as diferenças de gênero causam impacto sobre o desenvolvimento, é preciso eliminar as diferenças de acesso e oportunidade econômica entre homens e mulheres, na medida em que essas disparidades de

renda geram perdas na produtividade ao distribuir de forma desigual os recursos. O relatório acrescenta ainda que as mulheres são catalizadoras do crescimento econômico, pois dedicam cerca de 90% de sua renda para o bem-estar da família e infraestrutura da comunidade, enquanto que os homens dedicam entre 30 e 40% da renda.⁷

Nesse sentido, o incentivo ao empreendedorismo tem garantido a inserção de uma grande parcela da população feminina nas redes de negócio e de produção. Além disso, tem possibilitado emprego e renda, assim como reduzido a pobreza entre os grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica, especialmente em países onde as hierarquias de gênero se fazem presente. No caso das rabidantes cabo-verdianas, elas não apenas investem grande parte do valor arrecadado na educação dos filhos, como também acabam por empregar familiares ou pessoas ligadas a família. Assim, criam uma rede de solidariedade econômica, ao mesmo tempo em que conseguem romper o problema geracional de não acesso à educação.

É claro que nem todas as rabidantes conseguem trilhar caminhos tão promissores, de fato ainda existe em Cabo Verde um número considerável de mulheres que vivenciam um cotidiano muito difícil, trabalhando de sol a sol, sem nenhuma garantia trabalhista e excluídas de toda e qualquer forma de benefício social. Os dados recentemente publicados pela ONU Mulheres (2018), destacam que as mulheres têm uma probabilidade menor do que os homens em conseguir um trabalho remunerado, assim como adentram o mercado formal de trabalho mais tarde. Além disso, estão mais vulneráveis aos rendimentos do trabalho informal, a baixa remuneração e insegurança laboral.

2 A rabidância e a informalidade em Cabo Verde

De acordo com Relatório da União Africana (2018), em todo o continente africano, a informalidade corresponde a quase 80% dos postos de empregos, além de ter um impacto significativo no Produto Interno Bruto de muitos países, constituindo um dos principais dinamizadores econômicos. A economia informal acaba por gerar empregos para uma grande massa de trabalhadores não qualificados, funcionando como um “tampão” em termos de segurança social nos momentos de crise financeira. Os impactos dessas crises precisam ser pensados em termos geracionais e de gênero, pois os maiores afetados são jovens e mulheres, que constituem os mais vulneráveis a instabilidade econômica. Na África subsaariana, as mulheres estão sobrerrepresentadas no setor informal, correspondendo a 92% do total das oportunidades de emprego fora da agricultura (contra 71% dos homens) e essas trabalhadoras, na

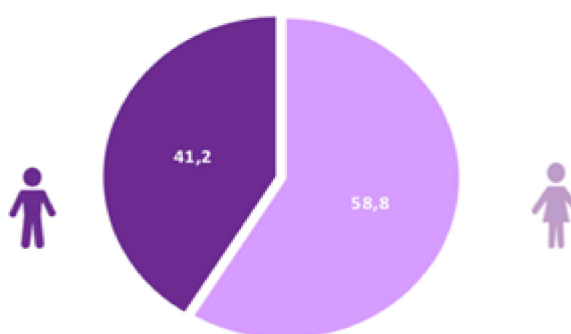
⁶ Sobre a trajetória de vida de Maria, ver: Silva (2019).

⁷ Dados do Banco Mundial (2012).

sua quase totalidade são independentes, ou trabalham por conta própria, apenas 5% são assalariadas.⁸

Em Cabo Verde, a economia informal cresce em um contexto de escassos resultados de crescimento econômico e baixa criação de empregos produtivos, o que leva a um alto nível de desemprego, subemprego, emprego informal e pobreza. O Inquérito do Setor Informal, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, publicado em 2016, apresenta importantes dados sobre a pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2015, onde é possível ter uma noção do impacto das atividades informais no país, especialmente em termos de gênero. De uma forma geral, o inquérito assinala que houve um aumento de 46% nas atividades informais, que movimentam cerca de 27,7 milhões de escudos cabo-verdianos. Neste setor, a presença feminina é marcante, cerca de 58,8% contra 41,2% dos homens, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Ativos do setor informal, 2015



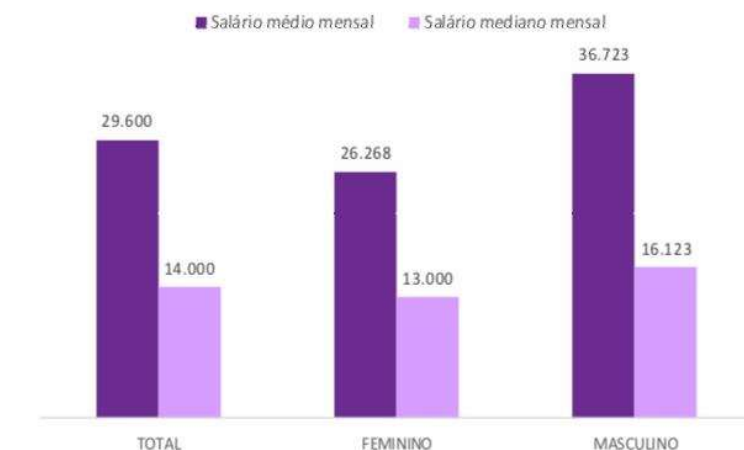
Fonte: INE, Módulo Sector Informal, IMC 2015

No que se refere as Unidades de Produção Informal (UPI), ou seja, aos estabelecimentos ligados a economia informal, 62,2% das UPIs são geridas por mulheres e 37,8% por homens. Apesar das mulheres representarem 64,3% daqueles indivíduos que trabalham por conta própria, 52,7% dos empregadores são homens. Em termos de remuneração salarial, as mulheres ganham um valor inferior àquele recebido pelos homens. A inserção e/ou permanência nessa prática se deve a diversos fatores que vão desde a necessidade financeira ou falta de qualificação para o setor formal de empregos, a elementos próprios da vivência dessas mulheres, como os espaços familiares de socialização que acabam por influenciar nas escolhas individuais de muitas delas. Vletter (2002, p. 24) destaca também a flexibilidade do horário como um elemento importante,

⁸ UA (2018).

pois permite que seja possível conciliar essa atividade com outros deveres, incluindo as tarefas domésticas.

Gráfico 2: Remuneração Médio Mensal e anual no setor informal, 2015

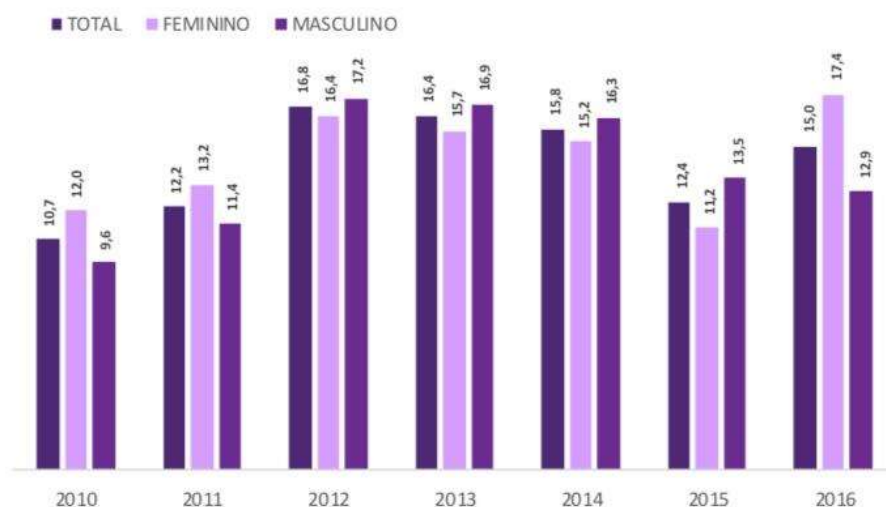


Fonte: INE, Módulo Sector Informal, IMC 2015

Frente à necessidade de mudança deste quadro de desigualdade social, desde a independência, e em especial a partir dos anos 1990, o país vem adotando como estratégia de desenvolvimento a inserção de forma dinâmica na economia mundial, com o intuito de solucionar alguns dos seus principais problemas: proporcionar emprego e renda a uma grande parcela da população empobrecida. Conforme o censo de 2010, o país possui 491.875 habitantes e a taxa de desemprego é de 18,3% entre os homens e 25,5% entre as mulheres. Nas famílias chefiadas por mulheres este índice chega a 48%, e entre as famílias mais pobres alcança o percentual de 56% (INE, 2010).

Na primeira fase de implementação do Plano Nacional de Luta contra a Pobreza de 1999, ficou definido o combate a pobreza entre o grupo de mulheres como uma das principais estratégias e medidas políticas a serem adotadas, particularmente, entre aquelas chefes de família, através da integração nos círculos econômicos, alfabetização e formação profissional, e pelo reforço da educação e da saúde. De acordo com Grassi (2003), as mulheres representam cerca de 64% dos analfabetos no país, possuindo as menores taxas de alfabetização e possibilidade de frequentar a escola, sobretudo, aquelas que vivem no meio rural, o que tem contribuído para a sua fraca inserção no mercado formal de trabalho. No que se refere as taxas de desemprego entre homens e mulheres, os dados do INE (2016) demonstram que após uma leve queda entre os anos de 2012 e 2015, no ano de 2016 a taxa de desemprego voltou a subir entre a população feminina.

Gráfico 3: Evolução da taxa de desemprego entre a população de 15 anos ou mais (%), 2010-2016



Fonte: INE, RGPB 2010, Módulo Emprego e Mercado de Trabalho, IMC 2011 – 2016

Todo esse panorama econômico e social nos ajuda a compreender porque um número significativo de mulheres cabo-verdianas recorre às atividades informais, e apesar das desigualdades de acesso que também se apresentam no setor informal, elas conseguem garantir não apenas o sustento da família como também a educação dos filhos. Os incentivos ao empreendedorismo, através de projetos e ações de organizações não governamentais, e com foco nas questões de gênero, constituem uma importante via de financiamento que algumas dessas mulheres têm recorrido como forma de iniciar e/ou dinamizar a atividade que desenvolvem.

Um dos principais desafios da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) é o reforço da autonomia e empoderamento econômico. Nas últimas décadas as ações desenvolvidas pela instituição têm focado na educação, formação e capacitação feminina como forma de possibilitar a concessão de microcréditos que possam garantir uma maior autonomia econômica, auto emprego e renda. O Programa de Microcrédito foi implementado no ano 2000, tendo em vista as dificuldades socioeconômicas e poucas opções de trabalho enfrentadas pelas mulheres.

Silva (2012) ressalta que o programa despontou como um instrumento eficaz no combate ao desemprego e à pobreza, notadamente, entre as mulheres chefes de família. Além do crédito e investimento, também são oferecidos serviços de aconselhamento e apoio para a criação de microempresas e inserção de produtos no mercado.

Em Cabo Verde existe ainda a Totocaixa, que de acordo com Jacinto Santos (2017), constitui uma mutualidade de poupanças e crédito, cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida (habitacional, compra de mobiliários e equipamentos domésticos etc.) e investimento em

atividades econômicas. Algumas rabidantes utilizam este tipo de auxílio, embora grande parte delas recorra a subsídios próprios ou de familiares.

Muitas comerciantes se autofinanciam e, nas palavras de Espírito Santo (2011), este tipo de financiamento endógeno é composto pela poupança da própria empresária, dos seus familiares e amigos, e corresponde a um tipo de investimento de solidariedade social ou comunitário. No âmbito das práticas informais, em que as unidades de produção se confundem com as unidades domésticas, o auxílio financeiro de parentes constitui uma forma importante de subsidiar os negócios. Entre as rabidantes essa prática é mais recorrente.

A experiência comunitária de ajuda mútua também pode ser observada em outros países do continente africano. No sul de Moçambique, o Xitique é uma das formas mais comuns de poupança utilizada pelas comerciantes do mercado informal. Segundo Casimiro (2012), é fixado um valor a ser investido entre um grupo de amigos e organizado a periodicidade dos encontros para prestação de contas e distribuição rotativa da poupança. Os fundos circulam entre os membros e tanto a coleta quanto a divisão ocorrem com base na confiança e nos laços de solidariedade. Em Guiné-Bissau a instituição financeira não bancária, denominada por “Bambaram”, funciona através da concessão de crédito a mulheres comerciantes, agricultoras e pescadoras. De acordo com Gomes (2012), a cooperativa que é constituída pelas associações de maior representatividade no setor informal guineense, nasceu da necessidade em dar uma resposta ao problema da pobreza feminina no país e tem alcançado resultados positivos no tocante a geração de riqueza e redução da vulnerabilidade socioeconômica entre as mulheres.

Frente ao que foi acima exposto se torna perceptível que essas mulheres têm buscado formas variadas de subsidiar a aquisição de produtos, além das inúmeras estratégias que lançam mão para dinamizar a atividade que desenvolvem, garantindo assim uma maior lucratividade. Nos chama atenção o caráter empreendedor de muitas delas, que com poucos recursos conseguem multiplicar o valor *a priori* adquirido ao mesmo tempo em que diversificam os produtos comercializados.

Conclusão

O nosso intuito foi apresentar reflexões sobre a atividade desenvolvida pelas rabidantes cabo-verdianas, aqui denominada de rabidância. Essas mulheres desempenham um papel de grande importância econômica para o país, na medida em que conseguem sanar muitas das necessidades da população local. No entanto, a rabidância ainda é vista com certa resistência, ou mesmo condenação, por parte dos governantes que desconhecem toda a complexidade inerente a uma prática que é marcada pelo imbricamento entre lógicas formais e informais.

Em meio a um contexto social cada vez mais excludente, é sobretudo no setor informal que grande parte da população cabo-verdiana tem conseguido garantir o sustento da família. São as mulheres, e os jovens que mais sofrem com a falta de emprego e renda no país. De fato, é preciso mensurar tudo aquilo que tem sido gerado pelo mercado informal, além de buscar compreender toda a sua dinamicidade e o caráter empreendedor de muitos dos agentes ali inseridos. Esperamos ter contribuído para suscitar debates que resultem na implementação de políticas governamentais que de fato possam modificar essa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Carla. A questão de gênero na agenda pública e política de Cabo Verde, África: o papel das ONGS feministas na luta pelos direitos das mulheres. **Revista Outros Tempos**, vol. 12, n.19, p. 135-152, 2015.

CASIMIRO, Isabel. Mulheres em atividades geradoras de rendimentos: experiências de Maputo. **Ciclo de encontros sobre empreendedorismo** - Newsletter 1. Évora, p. 19, 2012.

CRUZ E SILVA, Teresa. Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 75-89, 2002.

ESPÍRITO SANTO, Armindo. **Empresário, ambiente cultural e desenvolvimento em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: os rabidantes de Santiago e os candongueiros de São Tomé. Uma abordagem comparativa das suas dinâmicas.** (Tese de Doutorado) – Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

GOMES, Patrícia. As mulheres no sector informal: experiências da Guiné-Bissau. **Ciclo de encontros sobre empreendedorismo** - Newsletter 1. Évora, p. 49, 2012.

GRASSI, Marzia. **Rabidantes: comércio espontâneo transatlântico em Cabo Verde.** Portugal: Spleen Edições, 2003.

LOPES, Carlos. A economia informal em Angola: breve panorâmica. **Revista Angolana de Sociologia**, nº 14, p. 61-75, 2014.

SANTOS, Jacinto. **Economia social e solidária em Cabo Verde: gênese, entidades, atualidade e perspectivas.** Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2017.

SILVA, Ana Sofia S. R. Vieira. **Microcrédito em Cabo Verde: análise da sustentabilidade de duas instituições de microfinanças em 2008 e 2009.** (Dissertação de Mestrado) – Lisboa: Universidade Tecnológica de Lisboa, 2012.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **A arte de comerciar: gênero, identidades e empoderamento feminino no comércio informal transatlântico das rabidantes cabo-verdianas.** (Tese de Doutorado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

_____. “Cada vida é uma história”: sobre a trajetória de vida de uma rabadantes cabo-verdiana. In: BORRALHO, Henrique; SILVA, Tatiana (orgs.). **Literaturas e histórias africanas de língua portuguesa**. São Luís: EDUEMA, 2019, p. 210-225.

VLETTER, Fion de. **A promoção do sector micro-empresarial urbano em Angola**. Luanda: Principia Publicações Universitárias e Científicas, 2002.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

Inquérito Multiobjectivo Contínuo, 2015 – Módulo Sector Informal. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. Disponível em: <http://ine.cv/publicacoes/modulo-sector-informal-2015/>. Acesso em 10/08/2018.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho, 2005 – A OIT e a economia informal. Disponível em: https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf. Acesso em: 10/08/2018.

Relatório do Banco Mundial, 2012 – Igualdade de gênero e desenvolvimento. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 10/08/2018.

Relatório da ONU Mulheres, 2018 – Cabo Verde: perfil de gênero do país. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2018/1/country-gender-profile-cabo-verde>. Acesso em: 30/07/2018.

Relatório da União Africana, 2018 - Dinâmicas do desenvolvimento em África, 2018. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/35488-doc-africas_development_dynamics_report_2018-pot.pdf. Acesso em 10/08/2018.

Recebido em: 04/03/2020

Aprovado em: 27/12/2020